



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005636-73.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA DO CARMO DE SOUZA**
 Requerido: **PAN AMERICANO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que teve um cartão de crédito que mantinha junto ao réu furtado, logrando cancelá-lo.

Alegou ainda que mesmo assim foram feitos saques com os quais refutou ter ligação, tanto que foram reconhecidos como indevidos em anterior processo aforado contra o réu.

Salientou que ele depois disso voltou a fazer-lhe cobranças que não teriam lastro a sustentá-las.

Já o réu em contestação reafirmou a legitimidade das cobranças impugnadas, porquanto diziam respeito a despesas contraídas pela autora antes das fraudes oriundas do furto de seu cartão.

Manifestando-se em réplica, a autora admitiu que realizou diversas compras elencadas a fl. 79 e que os valores correspondentes não foram computados no processo já aludido por equívoco de sua parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Acrescentou que não obstante seu lapso a ré teria incorrido em erro por não ter considerado o que denominou de "*compensação valores pagos anteriormente*" (fl. 80), questionando quantias que lhe foram então cobradas.

Como se vê, a explicação do réu é pertinente porque a própria autora deixou claro que contraiu débitos sem promover sua quitação.

Eventual falha no cômputo de encargos não poderia constituir o objeto da causa, pois o relato exordial não o abordou e sim trouxe à colação matéria distinta.

Quanto a esta, restou patenteado que o réu não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**